



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais

REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE DROGAS ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO ASSUNTO

PAOLA GRAGNOLATI FERNANDES ¹

RESUMO:

O objetivo do trabalho é apontar, a partir de análise bibliográfica, a questão em torno do proibicionismo às drogas, e exibir outra forma de atuação da/o assistente social e equipe, com o usuário, baseada na redução de danos. O papel da profissão é pautado, pois atua na garantia de direitos e gestão de políticas públicas, e possui uma formação crítica, capaz de incidir na realidade desta forma.

Palavras-chave: Drogas; Redução de danos; Serviço Social.

RESUMEN:

El objetivo de este trabajo es señalar, a partir de un análisis bibliográfico, la problemática en torno al prohibicionismo de las drogas, y mostrar otra forma en que los trabajadores sociales y sus equipos pueden trabajar con los usuarios, basada en la reducción de daños. El papel de la profesión está orientado por el hecho de que trabaja para garantizar derechos y gestionar políticas públicas, y que tiene una formación crítica capaz de incidir en la realidad de esta manera.

Palabras-claves: Drogas; Reducción de daños; Trabajo social.

1 INTRODUÇÃO

A temática relacionada ao uso de drogas, de maneira recreativa ou não, ainda carrega uma série de estereótipos, em sua maior parte negativos, em relação àqueles que fazem o seu uso. Esses estereótipos são sustentados por uma ideologia acerca do assunto que promove a ideia de eliminação de todas as drogas ilícitas, e na maioria dos casos de seus respectivos

¹ Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

usuários. Exemplo determinante disso é a que ficou conhecida como “guerra às drogas”, sendo esta um meio por parte do Estado que visa à erradicação do tráfico e das substâncias, mas que na prática, pretende erradicar a população preta e periférica. Em conjunto com isso, a moralização sobre o indivíduo usuário de droga, e o “tratamento”, feito de maneira forçada e sem a contextualização desta pessoa, são pontos muito fortes nas políticas que dizem respeito a estes usuários.

Sob esse viés, enxerga-se necessário um debate aprofundado que possibilite a implementação de outras estratégias com estes usuários, a fim de proporcionar medidas criadas em conjunto, levando em consideração o tipo de substância utilizada, a frequência, o contexto social e econômico, e a própria autonomia do indivíduo.

Deste modo, este trabalho, a partir de revisão bibliográfica sobre o assunto, pretende introduzir o tema da redução de danos (RD), e o papel do Serviço Social dentro deste meio, pois entende-se que a profissão exerce um papel fundamental na garantia e na aplicação da RD, procurando contrapor o proibicionismo e a “guerra às drogas”, pois entende-se que estes são métodos ineficazes já existentes. Esta revisão bibliográfica foi feita por meio de artigos encontrados na plataforma SCIELO, e em periódicos de Universidades brasileiras, e que trazem uma contextualização sobre o tema.

2 UMA CRÍTICA AO PROIBICIONISMO E A “GUERRA ÀS DROGAS” COMO ESTRATÉGIA NA SOCIEDADE

As drogas estão presentes na vida dos seres humanos desde os primórdios, e em cada sociedade diferente, elas tiveram ou ainda possuem diversas funções. Na antiguidade, por sua vez, o uso dessas substâncias era baseado em acordos coletivos e de maneira natural. Já nos tempos modernos, com o avanço do capitalismo e das tecnologias que possibilitam cada vez mais a criação de substâncias sintéticas, e a extração dos princípios ativos das maiorias das plantas utilizadas, entende-se a complexificação da questão e a impotência de políticas públicas relacionadas (Alves, 2009). Nesse contexto, as drogas passam a ser tratadas como mercadoria, como todo produto dentro do modo de produção capitalista (Costa, 2020, p. 56.)

Neste viés, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1993) o conceito de droga diz respeito a “qualquer entidade química ou mistura de entidades que altere a função biológica e possivelmente a estrutura do organismo.” Levando este conceito como base do que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

são as drogas, é explícito que a utilização de drogas vai além do imaginário social, que apresenta o usuário de tais “entidades” como um indivíduo distante e ruim para a sociedade. O álcool, a nicotina, a cafeína, o açúcar, e até medicamentos são abarcados por essa concepção, substâncias estas utilizadas diariamente pela maior parcela da população brasileira. (Costa, 2020, p. 76)

Deste modo, compreende-se que existe um estigma a respeito do assunto, que coloca a droga (enquanto substância ilícita) em um papel de vilã, juntamente com aqueles que fazem do uso das mesmas, desconsiderando os diversos tipos de drogas e as consequências de seu uso, os fatores históricos e sociais, a individualidade e o contexto de cada indivíduo. Tais estigmas, infelizmente também estão presentes naqueles que deveriam lidar diretamente com estas questões, como profissionais da saúde e da assistência, inseridos tanto nas políticas sociais relacionadas ao tema quanto em outros espaços institucionais.

Além disso, pode-se dizer que o uso de drogas vem sendo tratado a partir de um ponto ideológico, e aqui, entende-se ideologia a partir da perspectiva de Marx e Engels (1932) em sua obra “A ideologia alemã”, apresentada como um conjunto de ideias pensadas pela classe dominante disseminadas de forma que aparente ser de interesse de todos. Neste caso, a ideologia a ser passada pela classe dominante, principalmente através dos meios de comunicação de massa é a imagem que se cria quando se imagina um usuário de droga, que serve para a burguesia como forma de disseminar o usuário e a própria substância em si como algo a ser erradicado da sociedade, pois é tido como algo ruim, mal ou sujo (Costa, 2020, p.81). Os motivos pelos quais a classe dominante se baseia nessa ideia são diversos, mas destaca-se aqui o racismo e a marginalização de comunidades periféricas, que ideologicamente são vistas como lugares de concentração de usuários de drogas, o que já foi desmistificado de diversas maneiras.

Dito isso, o estigma que envolve o usuário de droga e a imagem social que ele carrega, tem relação direta com os serviços assistenciais e de saúde, os problemas que os envolve e pela irresponsabilidade e negligência do Estado em relação ao tema. A falta de acesso a estes serviços por parte dos que necessitam pode ser explicada também pela não informação de tais benefícios e pelo receio dos próprios usuários de acessarem, pois, a partir deste momento estarão assumindo a utilização e muitas vezes o vício, que em muitos casos acarreta na discriminação, o que pode ser agravado pela falta de preparação de uma equipe profissional capacitada, que possua uma visão crítica e que não carregue consigo princípios moralistas sobre o indivíduo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entende-se então, que na sociedade capitalista e brasileira em que vivemos, não existe um programa ou projeto efetivo em relação a utilização de drogas, e sim projetos de encarceramento em massa da população negra, jovem e periférica – a famosa “guerra as drogas” - além da criminalização do uso das mesmas. Além disso, a abstinência total e o proibicionismo, aqui sendo lido como a tentativa de reduzir a oferta e demanda (Alves, 2009), vem sendo utilizadas como métodos para resolverem a “questão das drogas”, em diversos espaços, como por exemplo nas comunidades terapêuticas, espaços em sua maioria evangélicos, que visam o tratamento da drogadição a partir do que eles chamam de casa, mas que por muitos é visto como uma internação. Neste quesito, a Redução de Danos (RD) se encaixa como alternativa a abstinência, levando em consideração as particularidades e a autonomia de cada indivíduo que chega a utilizar quaisquer tipos de substâncias, lícitas e/ou ilícitas.

2.1 A REDUÇÃO DE DANOS COMO ALTERNATIVA POLÍTICA À ABSTINÊNCIA

Apesar das campanhas e projetos governamentais já existentes contra o uso de drogas, como por exemplo o que possivelmente é mais conhecido no Brasil, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), um programa desenvolvido e aplicado através da Polícia Militar (PM) e que tem como público alvo as crianças do 5º ano do ensino fundamental (aproximadamente 10/11 anos), entre outras campanhas e esforços do governo para o fim do comércio ilegal, é explícito que muitas pessoas ainda fazem do uso de diversas substâncias, de forma recreativa ou não, portanto pode-se entender que tais iniciativas não estão sendo efetivas. Tendo isso como realidade, pode-se considerar então que a “questão das drogas”, deve ser lida como questão de saúde pública, mas também como uma das expressões da questão social, e deve ser tratada como tal.

No Brasil, as políticas de Redução de Danos (RD) surgiram em 1989, no município de Santos, litoral do estado de São Paulo, como estratégia para combater o contágio de HIV/AIDS, que na época estava alto, e que foi relacionado ao uso indevido de agulhas injetáveis. Neste momento, ocorreu a distribuição de seringas descartáveis e outros equipamentos para a diminuição no contágio de diversas doenças, principalmente o vírus HIV. Tal iniciativa foi lida por muitos, inclusive pelo Ministério Público que chegou a proibir a distribuição de tais kits, como ações que incentivavam o uso de drogas, pois acreditava-se que a entrega de seringas estimularia o indivíduo a fazer o uso da substância. A política de RD continuou sendo aplicada em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Santos, de forma clandestina por um tempo, através do Instituto de Estudos e Pesquisa em AIDS de Santos (IEPAS), instituto esse sendo uma organização não-governamental (Niel, Silveira, 2008). Durante as décadas seguintes, a RD foi ganhando um maior caldo político no Brasil, através de diversas conferências e a partir da criação de diversas associações e redes no país. (Fonseca, 2012)

No Brasil, tendo seu início voltado ao cuidado em relação ao contágio de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e com foco em drogas injetáveis e suas respectivas maneiras de uso, atualmente a RD não se resume somente a isso. Nos dias atuais, têm-se um método que encara não somente as drogas ilícitas, e nem só questões voltadas a saúde, mas sim um método que é utilizado para enfrentar uma realidade muito mais complexa na qual as drogas e seus usuários estão inseridos, dentro da esfera econômica, social e política (Machado, Boarini, 2013).

Mais recentemente, compreende-se que a RD se constitui de práticas diversas, com a finalidade de contribuir para uma mudança no pensamento social em relação as drogas, fazendo com que o usuário tenha seus direitos garantidos, e crie consciência de sua realidade, para que assim possa tomar decisões sobre o uso de substâncias. Para além disso, em 2002, a RD passou a ser uma estratégia atrelada ao Ministério da Saúde, na Política de Atenção Integral a Usuários de Alcool e outras Drogas, que utiliza o Sistema Único de Saúde como pilar, através por exemplo, dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). (Fonseca, 2012).

De acordo com a Associação Internacional de Redução de danos (IRHA):

Redução de danos é um conjunto de políticas e práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas. Por definição, redução de danos foca na prevenção aos danos, ao invés da prevenção do uso de drogas; bem como foca em pessoas que seguem usando drogas. (IRHA, 2010)

Como já dito anteriormente, é um método alternativo a abstinência, pois visa, como o próprio nome indica, reduzir os danos causados pelas drogas. Portanto, ao contrário do que muito se acredita e vem se disseminando cada vez mais, a RD reconhece que estas substâncias geram consequências para a saúde dos indivíduos, e busca conscientizar os usuários dos danos que as drogas podem causar, levando em consideração o contexto social do indivíduo, as características específicas de cada substância, a dificuldade de abstinência em alguns casos e a autonomia individual. Quando se trata das particularidades de cada indivíduo, entende-se que o uso de drogas perpassa classe, gênero, raça, idade, entre outros fatores, que necessitam de atenção



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

especial, pois o indivíduo não é somente um usuário de droga, e é atravessado por diferentes interseccionalidades.

A RD tem como característica a humanização e a construção conjunta do processo, a partir do diálogo entre usuário e equipe. Portanto, não existe um roteiro pronto de ações, pois o método a ser utilizado dentro da RD será definido a partir das demandas do indivíduo, visando quais substâncias são utilizadas, os danos que serão necessários reduzir, e colocando o beneficiário da política enquanto protagonista e construtor da sua própria história, lhe dando opções concretas de fazer escolhas (Machado, Boarini, 2013). Porém, é nítido que em relação a saúde física do usuário, existem diversas medidas que podem ser implementadas em concomitância a outras estratégias, como por exemplo a entrega de kits com instrumentos individuais e descartáveis, normalmente utilizados no uso de substâncias injetáveis ou inaláveis (Niel, Silveira, 2008).

Deste modo, vale ressaltar a importância de uma equipe multidisciplinar e bem capacitada, que consiga atender tanto as questões físicas quanto sociais e psicológicas do usuário. Neste contexto, destaca-se o papel do Serviço Social e como seu projeto ético-político se insere na questão relacionada a RD. Em relação ao projeto ético-político, Netto aponta que:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. (Netto, 1999)

Deste modo, fica evidente o comprometimento da profissão com a possibilidade de criação destas “alternativas concretas”, pois ao contrário do que se vende socialmente, dentro deste sistema de produção, o sujeito não tem a liberdade de tomar suas próprias escolhas, pois as alternativas que se tem já estão dadas pela classe dominante e pelo próprio sistema. Construir uma política de RD em conjunto com Assistentes Sociais significa construir em conjunto com profissionais teoricamente capacitados de compreender a realidade a partir de um estudo teórico com base marxista, e de incidir nesta mesma realidade de maneira crítica, visando não somente aquela demanda pontual, mas toda uma complexidade que envolve tanto o usuário quanto o território e o contexto no qual ele está inserido.

Ademais, é necessário ter em vista as contradições relacionadas a profissão, e os enfrentamentos políticos que as/os Assistentes Sociais vem lidando diariamente, por se depararem com uma profissão, em sua maioria, crítica, mas que ainda apresenta algumas vertentes guiadas no conservadorismo que ganhou espaço na realidade brasileira nos tempos da chamada “Nova Direita”, a qual alia o neoliberalismo com o conservadorismo. Como a profissão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por muitas vezes pode ser utilizada pelo Estado e pelas próprias instituições como profissão fiscalizadora e punitivista cabe uma análise atenta sobre a realidade social. Yolanda Guerra (1999) pontua a utilidade social da profissão, e que muitas vezes ela pode ser entendida de maneira divergente do que o projeto ético-político da profissão realmente aponta.

Da instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês, o que significa a capacidade que a profissão porta (dado ao caráter reformista e integrador das políticas sociais) de ser convertida em instrumento, em meio de manutenção da ordem, a serviço do projeto reformista da burguesia. Neste caso, dentro do projeto burguês de reformar conservando, o Estado lança mão de uma estratégia histórica de controle da ordem social, qual seja, as políticas sociais, e requisita um profissional para atuar no âmbito da sua operacionalização: os assistentes sociais. Este aspecto está vinculado a uma das funções que a ordem burguesa atribui à profissão: reproduzir as relações capitalistas de produção. (Guerra, 1999)

Levando isso em consideração, destaca-se a importância de um amplo debate sobre essa questão, contribuindo assim para evitar que a atuação da/do Assistente Social no que diz respeito a usuários de drogas seja feita de maneira conservadora e moralista. Nesse sentido é fundamental acolher a RD enquanto estratégia dentro de uma política social que visa a prevenção e a redução, ou em alguns casos, até mesmo o fim do uso de drogas, de maneira efetiva. Entende-se que isso representa um avanço significativo no combate a ideologia e ao proibicionismo que rondam a sociedade atual. Utilizar da teoria crítica e dos instrumentos práticos que a formação em Serviço Social proporciona é condizente com a implementação desta estratégia.

A efetivação de uma política pública não se dá apenas pela construção de serviços, mas pela garantia da manutenção, com profissionais formados adequadamente para a garantia da assistência integral ao usuário. Essas ações de acordo com Lamamoto (2009) aborda que o exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (Santos, Souza, 2015)

Portanto, é fundamental que para além de uma equipe capacitada, exista uma instituição disposta a acatar a RD, entendendo que o profissional neste caso seria somente um facilitador para o fim a ser alcançado (Santos, Souza, 2015), e necessitaria de um espaço aberto para tal. Para além destas dificuldades relacionadas a profissão em si, a RD se depara com outros impeditivos sociais e governamentais. No Brasil, alguns dos principais desafios incluem são a “Resistências políticas à implantação de políticas de RD; Necessidade de intensificar as

discussões com instâncias/instituições que trabalham com o uso de drogas e educação.” (Fonseca, Bastos, 2005).

Mesmo com os atravessamentos políticos, ideológicos e práticos, o Brasil conseguiu ser reconhecido dentre alguns países pela implementação de estratégias de RD, e conseguiu aprovar leis em alguns estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, que normalizam a RD enquanto política pública de saúde. A nível nacional, recentemente houve uma conquista relevante em relação a discriminação do usuário de maconha, que coloca até 40 gramas da droga como porte individual. Mesmo reconhecendo a conquista, entende-se que ainda se está longe do ideal de uma política efetiva em relação às drogas.

Dito isso, cabe ressaltar a importância de inserir o debate das drogas em todas as esferas, por se tratar de um problema de viés público. Para além da saúde, que necessita de uma melhor capacitação, o Serviço Social carece de uma discussão aprofundada e de uma inserção efetiva, possibilitando a atuação profissional qualificada. No âmbito das políticas educacionais, também é importante que se criem programas e/ou projetos de prevenção que coincidam com a realidade, e que não utilizem da ideologia ou do medo com as crianças e adolescentes. É necessário pautar a RD com seriedade e argumentação científica e política, para que haja uma adesão a nível nacional destas mesmas estratégias, tentando assim minimizar os danos que as drogas causam, gerando uma maior adesão da sociedade. A implementação da RD nos espaços institucionais responsáveis pela atenção ao usuário de droga, significa a possibilidade de uma estratégia com chances reais de se efetivar e de ir ao centro da questão, que em sua maioria perpassam outras áreas da vida do indivíduo que faz o uso, como já apontado anteriormente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho, a partir da revisão bibliográfica que foi feita para a construção do mesmo, procurou-se apresentar, a partir de um panorama geral, a questão relacionada às drogas dentro da sociedade capitalista brasileira, e como essa relação acontece. A partir do entendimento que existe uma ideologia de classe dominante perpetuando a sociedade, que dita o imaginário social em relação ao usuário de drogas como algo a ser erradicado, a marginalização e desumanização destes indivíduos fica explícita. A “guerra às drogas” e o proibicionismo são resultantes deste imaginário e de uma sociedade extremamente racista e desigual, que por meio ideológico não enfrenta o problema de maneira efetiva, indo ao cerne da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

questão, e sim colocando como maior culpado as pessoas em vulnerabilidade que se encontram neste meio, com a finalidade de encarceramento em massa, e de uma certa forma a “higienização” da sociedade.

Deste modo, foi possível apresentar a estratégia de Redução de Danos (RD) como alternativa a abstinência, sendo implementada como política pública e social, a partir de uma perspectiva humanizada do usuário, e que abarca a complexidade ao pontuar que para além de fazer o uso de substâncias, aquele indivíduo possui diversas outras faces a serem levadas em consideração e respeitadas pelos profissionais responsáveis. Uma breve análise histórica da RD no Brasil permitiu pontuar que enquanto questão de saúde, foi necessário que medidas mais imediatadas e práticas como a entrega de seringas descartáveis fosse feita, mas a importância de pontuar que nos dias atuais, esta estratégia não se resume somente a prevenção de doenças que podem ser transmitidas através dos instrumentos, e sim a redução de todas as consequências derivantes do uso de substâncias.

O papel do Serviço Social e destes profissionais no que diz respeito ao uso de drogas, lícitas e/ou ilícitas, ainda necessita de um maior aporte teórico e de um debate mais aprofundado em relação a formação profissional, pois se encontrou um deficit na própria graduação e formação profissional em relação ao assunto. Porém é necessário que o debate ocorra em todas as instâncias da categoria, pois sabe-se que a profissão prevê uma formação continuada, visto que seu objeto de trabalho é a realidade, e a realidade está em constante transformação.

Também é possível pontuar que a estratégia de RD, mesmo que muito bem fundamentada, ainda se depara com muitas dificuldades em relação a sua implementação, o que permite que ainda hoje existam diversas perspectivas e espaços institucionais que coloquem a abstinência total de forma autoritária, como solução para o problema, além de tentivas falhas de erradicar o comércio ilegal. A apresentação da RD como alternativa, deve ser feita de maneira assertiva, apresentando comprovação teórica e prática, para que possa haver o debate em relação a estas outras formas de enfrentar esta questão. Deve-se ter em mente que a ideologia dominante está enraizada não somente nos indivíduos, mas nas instituições e instâncias que lidam com este assunto, e que essa ideologia se combate através deste debate já citado.

REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COSTA, P. H. A. Por um (outro) mundo com drogas: questão social e capitalismo. São Paulo: Usina editorial, 2020.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, nov. 2009.

ENGELS, F.; MARX, K. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde/ Marcelo Niel & Dartiu Xavier da Silveira (orgs). – São Paulo, 2008 et al. Andrade, T. M.; Lurie, P.; Medina, M. G. et al. “! E opening of South America’s first needle exchange program and an epidemic of crack use in Salvador, Bahia-Brazil”. Aids and Behavior, San Diego, California-USA, v. 5, n. 1, p. 51-64, 2001.

FONSÊCA, C. J. B. Conhecendo a Redução de Danos Enquanto uma Proposta Ética. Psicologia & Saberes, 2012, 1(1), pp. 11-36. Universidade Católica de Pernambuco.

MACHADO, L. V; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Módulo 4, Brasília, CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999. (p. 53-63)

SANTOS, D. E. SOUZA, I. A. O assistente social na política de redução de danos: a busca da efetivação de direitos. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FONSECA, E; BASTOS F. I. Políticas de Redução de Danos em Perspectiva: Comparando as Experiências Americana, Britânica e Brasileira. In: Acselrad, G. 2ª edição. Avessos do Prazer: Drogas, AIDS e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Tradução: Dorgival Caetano, 1ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 69-82, 1993

INTERNATIONAL HARM REDUCTION ASSOCIATION. O que é Redução de Danos? Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos, Londres, Grã Bretanha, 2010.